

Brasil não paga dívida ao FMI

por Cláudia Safatle
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

que o Brasil não vai apresentar projeto 'stand by' ao FMI. Nós vamos apresentar o plano macroeconômico, nos termos do artigo 4 do estatuto do Fundo e do acordo que fizemos com o FMI em dezembro do ano passado, chamado 'Enhanced Contact', é isso só". O ministro acrescentou: "Esperamos que o Fundo suspenda a cobrança do que nós devemos no segundo semestre".

Essa intenção do ministro faz parte da estratégia de negociação da dívida externa, que está sendo montada juntamente com o plano macroeconômico, cuja essência é a seguinte: os bancos oficiais e agências multilaterais de crédito refinanciariam 100% dos juros devidos pelo País e os bancos privados, cerca de metade dos juros devidos, reduzindo as transferências brasileiras para o exterior para algo próximo a 20% a 25% do valor das exportações anuais.

Até o dia 20 próximo, a

missão do FMI retorna a Brasília para conhecer a política econômica interna e externa do governo brasileiro e somente na primeira quinzena de julho é que o ministro da Fazenda viajará para Washington, para manter contatos com o FMI, Tesouro norte-americano e Banco Mundial. Na mesma ocasião, o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, irá para Nova York para reunir-se com o comitê de assessoramento da dívida externa brasileira, dos bancos privados. Diante dessa agenda, ficam adiadas as negociações no âmbito do Clube de Paris, cujo acordo provisório vence no dia 30 de junho próximo.

Nesse intervalo de tempo, não está prevista nenhuma reunião da comissão de assessoramento da dívida externa junto ao presidente da República, cujo embaixador é o ex-chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro, e que foi criada para neutralizar o ex-ministro Dilon Funaro. A comissão deve dissolver-se por si só, acreditam assessores do ministro.

Brasil não paga dívida ao FMI

por Cláudia Safatle
de Brasília

O ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, anunciou ontem que vai pedir ao Fundo Monetário Internacional (FMI) que suspenda a cobrança da dívida que o Brasil teria de pagar no segundo semestre deste ano, no valor de aproximadamente US\$ 1,11 bilhão, referente ao empréstimo decorrente do acordo "stand by" firmado em 1983, entre juros e amortizações.

Bresser Pereira adiantou também que suspenderá a moratória decretada em fevereiro passado, junto aos bancos privados comerciais, se estes aceitarem refinanciar os juros integrais vencidos neste ano e parcela dos juros a vencer no ano que vem, além de uma rolagem das amortizações com "spreads" (taxas de risco, que no caso brasileiro chegam até 2,5%) "muito mais baixos", assinalou o ministro. Se os credores privados não aceitarem essas condições do governo brasileiro, "o Brasil vai permanecer na moratória, isso está muito claro", acentuou o ministro.

Bresser Pereira falou à imprensa pouco depois do café da manhã que ofereceu em sua residência, na Península dos Ministros, ao deputado japonês Michio Watanabe.

O parlamentar japonês explicou ao ministro da Fazenda os planos de seu governo de injetar cerca de US\$ 30 bilhões nos próximos anos nos países endividados do Terceiro Mundo. Disse também que esses recursos, dos quais US\$ 4 bilhões ficariam reservados para financiamentos em projetos de investimento, serão reciclados pelas instituições oficiais, como Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e BID.

Indagado por jornalistas se o governo brasileiro aceitaria montar um acordo com o FMI para ter acesso a esses recursos, Bresser Pereira foi claro: "Eu já disse vinte vezes